

**Entre a gravidade e a urgência no Brasil:
o golpe que se abate sobre os povos indígenas¹**

Jane Felipe Beltrão²

Da violação de direitos

Infelizmente, de modo geral as demarcações de territórios indígenas estão paralisadas, nada caminha e os povos indígenas continuam sem seus territórios assegurados. Muitas são as áreas desmatadas a exigir reparações; ocupadas por fazendas e/ou por posseiros que se recusam a sair do território originalmente indígena, muitos são os processos judiciais encaminhados pelo Ministério Público Federal, sem que as situações sejam resolvidas, processos que se arrastam há anos. Exemplo maior do que afirmo, é a secular injustiça registrada nos processos referentes aos povos *Tembé/Tenetehara* que correspondem a reparação de áreas desmatadas com a retirada de madeira de lei; ocupação de terras indígenas demarcadas; não demarcação das terras dos *Tembé* ditos de Santa Maria, desatenção com as escolas existentes na aldeias; dificuldades para atendimento de saúde, especialmente em nível de atenção primária.

Além dos esbulhos de terras permanentes produzidas pelo agronegócio, temos os “deslocamentos forçados” que denomino de “diásporas internas” ao Brasil, os mesmos são condenados por estudiosos e pelas Cortes Internacionais. Povos Indígenas de diversas etnias são obrigados a se retirar de suas terras, e a migrar forçosamente para locais inóspitos ou para as áreas periféricas de pequenas e grandes cidades. Os deslocamentos decorrem, sobretudo, pelo “arco de hidrelétricas” estabelecido para a Amazônia, algumas das quais implantadas no estado do Pará, sem que os procedimentos legais fossem obedecidos, é o caso de Belo Monte, que se constitui no maior dos desastres anunciados, trazendo efeitos letais aos povos indígenas do Médio Xingu, com a introdução de concreto barrando o rio Xingu – lugar de reverência sagrada de muitos povos – especialmente dos povos *Tupi* que tem no Xingu a morada de *Maíra* – que traz como consequências: a saúde precária; a introdução de bebidas alcoólicas, estas desassociada de rituais nos quais se tomam bebidas fermentadas – produzindo o alcoolismo que a por sua vez provoca situações de violência afetando, especialmente, crianças e jovens.

Dos entraves presentes à Constituição “letra morta”

Os principais entraves dizem respeito a não observância dos preceitos normativos constitucionais por aqueles que teimam em ignorar os direitos etnicamente diferenciados, apontados na Carta de 1988 – que completa em outubro 30 anos – e referendados por organismos, declarações e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Entretanto, em território brasileiro, os dirigentes são irresponsáveis não dando atenção à vida, preferindo alinhar-se aos grandes empreendimentos que parecem associados à morte.

¹ Intervenção feita à mesa *Descolonizando estereótipos* por ocasião do evento Na aldeia e na cidade somos indígenas na Universidade ocorrida na Universidade Federal do Pará (UFPA), no dia 19 de abril de 2018, em comemoração ao Dia dos Povos Indígenas, no *campus* Guamá, em Belém.

² Antropóloga, historiadora, professora titular, docente permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente colaboradora do Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 1C. E-mail: janelbeltrao@gmail.com.

A Constituição de 1988 é, no momento, “letra morta”, e ao ser ignorada se abate os povos indígenas como golpe. Razão posso oferecer a *Uwira Xakriabá* que considera os dias atuais como o “tempo da pimenta”, referência à repressão praticada pelas forças policiais quando das manifestações dos movimentos indígenas, no chamado **Abril Vermelho**, que tem presença, em Brasília, no **Acampamento Terra Livre**.

Os diplomatas indígenas, em lugar de serem recebidos pelas autoridades da República, são sempre rechaçados pelas forças policiais, como se bandidos fossem. Pergunto: por que as ditas autoridades políticas se negam ao diálogo? Creio que, alguns de nós, não hesitaria em dizer que os conluios com: a “bancada do boi” em evidência no Congresso Nacional; o capital internacional; e o descompromisso com a vida das pessoas etnicamente diferenciadas, conduz ao enorme desrespeito.

Eu digo que no momento, posso constatar avanços, mas confesso que os recuos são de tal monta que, hoje, temos enormes possibilidades de nos tornar a nação mais perversa com os Povos Indígenas. E por que a perversidade se instala? Porque os povos indígenas podem nos oferecer alternativas político-organizacionais pertinentes, sob diversos aspectos, entre estes encontra-se a agência em resistir e insistir em lutar pelos direitos que lhes são caros e que pela permanência na luta, nos ensinam com sabedoria lições de respeito à liberdade, a autonomia, a equidade (igualdade na diversidade) e a dignidade humana!

Conclamo a todos, na condição de aliados, a compartilhar da longa luta por formas respeitadas de preservar direitos territoriais; direito à educação diferenciada e de qualidade; e ações para saúde que sejam, ao mesmo tempo, diferenciadas e eficazes aos Povos Indígenas, sobretudo, no Pará.

E, em Belém, pensem o quanto estes povos são discriminados, a exemplo dos *Waura* – povo indígena oriundo do hoje território da Venezuela – que vieram ao Brasil em busca de refúgio político e são escorraçados pelos racistas de plantão. Como diz Sonia Guajajara: “... **o momento é grave e urgente.**”

É preciso navegar, limpar as águas turvas, abrir veredas e lutar por um Brasil respeitoso aos Povos Indígenas, pois afinal “... quando a injustiça se torna lei, nosso dever é resistir ...”

E, aos indígenas estudantes que em tempos democráticos tiveram e tem os direitos assegurados de acesso a UFPA, desejo que encontrem maneiras de honrar (valorizar) a vaga conquistada por força da ação de lideranças tradicionais e dos aliados de plantão que se tornem profissionais competentes para lutar junto com os seus coletivos, por um Brasil plural e democrático.

O ingresso, a permanência e a possibilidade de ser egresso (profissional formado) na UFPA, deve ser o lema da Associação dos Povos Indígenas estudantes da UFPA (Apyeufpa) que, também, deve ser ativa na conquista de seus direitos e na valorização dos indígenas acadêmicos, pois vocês – como povos indígenas que são – compreendem o mundo do ponto de vista “não hegemônico” e, nós os brasileiros, indígenas ou não, merecemos **demarcação já** e, ela só se concretizará “expulsando” todos as pessoas que se constituem em entreves à democracia, portanto o **abril é vermelho** e temos que trabalhar contra o golpe, dentro ou fora do **acampamento**, pois a **terra** deve ser **livre**.